
**CIDADES DO AGRONEGÓCIO: DIFUSÃO DO CONSUMO
PRODUTIVO PARA AGRICULTURA MODERNA NO MATOPIBA¹**

**CITIES OF AGRIBUSINESS: THE DIFUSION OF
PRODUCTIVE CONSUMPTION FOR THE MODERN
AGRICULTURE IN MATOPIBA**

**CIUDADES DEL AGRONEGOCIO: DIFUSIÓN DEL
CONSUMO PRODUCTIVO PARA LA AGRICULTURA MODERNA
EN MATOPIBA**

Glaycon Vinícios Antunes de Souza²
glayconantunes@hotmail.com

RESUMO: A expansão do agronegócio no MATOPIBA (região que engloba porções do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) estimula a difusão de objetos carregados de conteúdo técnico-científico-informacional para a realização do processo produtivo da agricultura moderna. Os núcleos urbanos inseridos nas regiões agrícolas racionalizadas à lógica globalizada de produção são pontos indispensáveis para a oferta do consumo produtivo para o agronegócio. Nesse sentido, temos como objetivo avaliar o conjunto de serviços e comércios localizados nas cidades de Pedro Afonso (TO), Porto Nacional (TO), Balsas (MA), Uruçuí (PI), Bom Jesus (PI) e Luís Eduardo Magalhães (BA). Essas são alguns dos espaços urbanos presentes no MATOPIBA que podem ser compreendidas como cidades do agronegócio, devido às transformações de suas estruturas particularmente na especialização do terciário (comércio e serviços) para atender as necessidades agrícolas.

Palavras-chave: Agronegócio e Urbanização. Especialização. Serviço. Comércio.

ABSTRACT: The agribusiness expansion in MATOPIBA (a region that encompasses portions of the states of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia) stimulates the diffusion of technical objects which have technical-scientific-informational content for the realization of the modern agriculture's productive process. The cities inserted in the agricultural regions aligned to the globalized logic of production are indispensable points for

¹ Este trabalho resulta de uma pesquisa de mestrado financiada pelo Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) entre os anos 2015 e 2017.

² Doutorando em geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Membro da rede de pesquisas sobre regiões agrícolas (REAGRI).

the supply of the productive consumption for the agribusiness. In this regard we aim at evaluating the set of services and businesses located in the cities of Pedro Afonso (TO), Porto Nacional (TO), Balsas (MA), Uruçuí (PI), Bom Jesus (PI) and Luís Eduardo Magalhães (BA). These are some cities in MATOPIBA that can be understood as cities of agribusiness, due to the transformations of their urban structures particularly in the tertiary specialization (trade and services) to meet the agricultural needs.

Keywords: Agribusiness and Urbanization. Specialization. Service. Trade.

RESUMEN: La expansión del agronegocio en el MATOPIBA (región que está conformada por parte de los estados de Maranhão, Tocantins, Piauí y Bahía) estimula la difusión de objetos técnicos cargados de contenido técnico-científico-informacional que permiten llevar a cabo el proceso productivo de la agricultura moderna. Las ciudades que están incluidas en las regiones agrícolas que funcionan bajo la racionalidad de la lógica globalizada de producción, son puntos indispensables para la oferta del consumo productivo del agronegocio. En ese sentido, tenemos como objetivo evaluar el conjunto de actividades del sector terciario (comercio y servicios) asociados al agronegocio localizados en las ciudades de Pedro Afonso (TO), Porto Nacional (TO), Balsas (MA), Uruçuí (PI), Bom Jesus (PI) e Luís Eduardo Magalhães (BA). Estas son algunas de las ciudades presentes en el MATOPIBA que pueden ser comprendidas como ciudades del agronegocio, debido a las transformaciones de sus estructuras urbanas, particularmente en la especialización del sector terciario, para atender las necesidades agrícolas.

Palabras-clave: Agronegocio y Urbanización. Especialización. Servicios. Comercio.

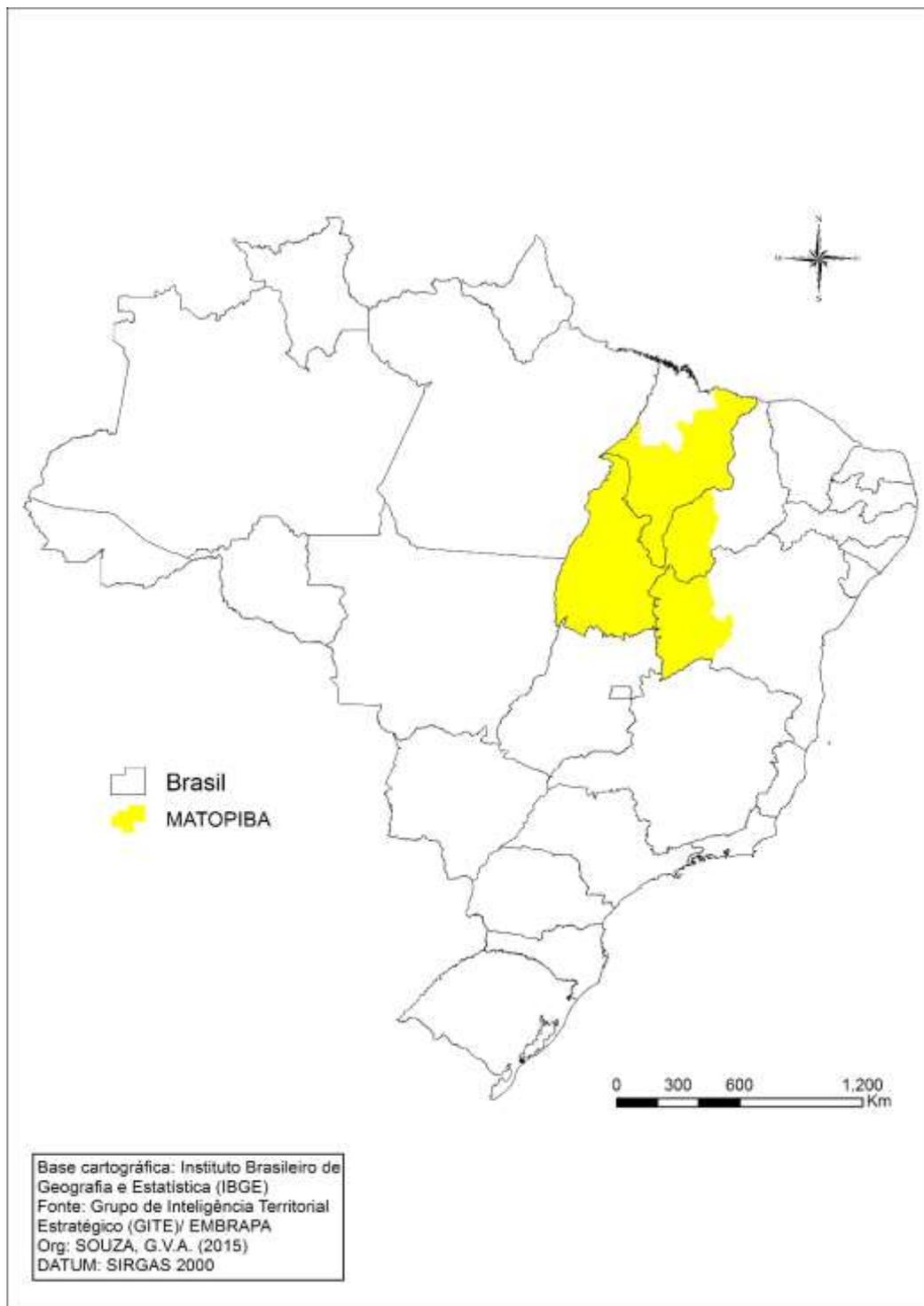
INTRODUÇÃO

Temos como objetivo neste trabalho avaliar os serviços e comércios voltados para atender o consumo produtivo do agronegócio ofertados em algumas cidades da região atualmente conhecida como MATOPIBA, compreendida por partes dos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e a totalidade do Tocantins (Mapa 1). A partir da análise da oferta do consumo produtivo inerente à atividade agrícola moderna podemos compreender uma das transformações urbano-regional promovidas pelo agronegócio globalizado nessa região. As cidades selecionadas foram Porto Nacional (TO), Pedro Afonso (TO), Uruçuí (PI), Bom Jesus (PI), Balsas (MA) e Luís Eduardo Magalhães (BA). Essas são algumas das cidades que estão passando por um processo de funcionalização das estruturas comerciais para atender as demandas técnicas para realização da atividade agrícola moderna, particularmente das regiões mais racionalizadas à dinâmica global de produção, circulação e consumo.

A região do MATOPIBA abarca 337 municípios dos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins, sendo resultado de cruzamento de dados (agrário, agrícola, natural, socioeconômico e de infraestrutura), via Sistema de Inteligência Territorial Estratégica, pelo Grupo de Inteligência Estratégica Territorial – vinculado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2014). O objetivo desse grupo foi criar, a partir de seus diagnósticos, condições técnico-científicas para subsidiar políticas públicas para o desenvolvimento da agropecuária no MATOPIBA.

Os trabalhos desse grupo foram importantes para a institucionalização do MATOPIBA como uma “região” do agronegócio quando, em 2015, o Ministério do Abastecimento, Pecuária e Agricultura (MAPA) criou o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA. Este objetiva atribuir maior competitividade ao setor e à região a partir do incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias para produção de *commodities* agrícolas, fundamentalmente a soja, e melhorar a logística de transporte desses produtos a partir do investimento em expansão e criação de ferrovias (Ferrovia Norte-Sul, Oeste e Leste e Nova Transnordestina), terminais multimodais, construção e pavimentação de rodovias que interligam as fazendas produtoras com a ferrovia Norte Sul, com os portos (em Ilhéus/BA e São Luís/ MA) e às principais agroindústrias processadoras de grãos da região.

Mapa 1: Região do MATOPIBA



Esse plano demonstra a importância dessa região no contexto nacional, uma das principais áreas agrícolas do país na atualidade, devido ao seu expressivo crescimento na

área e no volume produzido de *commodities* nos últimos anos, sobretudo a soja como bem demonstram Bernardes e Maldonado (2017). Desde o início dos anos 2000 a atividade agrícola no MATOPIBA vem respondendo aos impulsos globais (RIBEIRO, 2009) de atualização do setor que, em conjunto com o Estado, busca condições normativas e técnicas de viabilização do território ao agronegócio (SOUZA, 2017). Esses impulsos globais de atualização e modernização do agronegócio estão inserindo a região na lógica globalizada de produção, sustentada pela dinâmica das finanças.

A viabilização do território é entendida pela incorporação e atualização de objetos técnicos e ações no campo a partir da criação de sistemas de engenharia (o principal exemplo é a expansão da Ferrovia Norte-Sul e a modernização do Porto de Itaqui – São Luís/MA), aumento das áreas agrícolas voltadas para a produção de monoculturas carregadas de conhecimento científico e informacional – destinadas para exportação ou processamento agroindustrial, pela crescente atuação de corporações nacionais e internacionais na especulação fundiária (fenômeno que vem sendo reconhecido como *land grabbing*) e na comercialização (*tradings* agrícolas) dos grãos.

Todas essas transformações estão direta ou indiretamente relacionadas com a difusão do agronegócio globalizado e toda sua racionalidade em diversas porções do MATOPIBA, correspondendo aos “espaços luminosos” para a atividade capitalista. De acordo com Elias (2006), o agronegócio vem implicando em alterações no campo, bem como nas cidades próximas às áreas agrícolas mais modernas.

Como é notório, a modernização e expansão destas atividades promovem o processo de urbanização e de crescimento das áreas urbanas, cujos vínculos principais se devem às inter-relações cada vez maiores entre campo e cidade. Estas se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada. Representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento de cidades médias e locais, fortalecendo-as, seja em termos demográficos ou econômicos. (ELIAS, 2006, p. 56)

Encontra-se nas cidades o conjunto de ferramentas técnicas e serviços para o desenvolvimento da agricultura científica globalizada (SANTOS, 2001) como: empresas de venda de máquinas e implementos agrícolas (colheitadeiras, plantadeiras, arados, pulverizadores, ceifadeiras, etc.), sistemas de irrigação (pivô central, gotejamento, dispersores, entre outros), lojas especializadas na venda de sementes geneticamente modificadas, lojas de agrotóxicos (inseticidas, fungicidas e herbicidas). Ainda nessas cidades

estão algumas agroindústrias processadoras e boa parte das *tradings* agrícolas responsáveis pela exportação da soja, consultorias ambientais e agronômicas e várias outras. Sem esse conjunto de serviços e comércios localizados nas cidades do agronegócio não observaríamos a intensa expansão da fronteira agrícola para os cerrados do MATOPIBA, sendo, portanto, um dos elementos centrais para compreensão das cidades do agronegócio (ELIAS, 2013).

Para alcançar o objetivo desse trabalho nos respaldamos em três procedimentos metodológicos: a) pesquisa bibliográfica; b) pesquisa documental; c) trabalho de campo. A partir da pesquisa bibliográfica realizamos uma revisão teórico-metodológica de temas como: consumo produtivo, cidades do agronegócio e a relação de complementariedade entre urbanização e agronegócio. Denise Elias (2003, 2006, 2013), Milton Santos (2005, 2009) e Sandra Lencioni (1985, 2007), foram os principais autores utilizados para sustentar teoricamente e metodologicamente esse trabalho.

Com relação à pesquisa documental, foi sistematizado e analisado qualitativamente um conjunto de dados estatísticos secundários que colaboraram na compreensão das transformações do setor terciário dessas cidades. Organizamos dados sobre a quantidade produzida e o volume exportado de soja, a oferta do crédito rural, o número de empresas e a quantidade de trabalhadores por grande setor da economia. As principais fontes consultadas foram: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), anuário estatístico do crédito rural (Banco Central), Aliceweb (Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços) e Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Ministério do Trabalho e Emprego).

O trabalho de campo, de caráter exploratório (GIL, 1999), foi importante para observar *in lócus* a funcionalização das cidades, sobretudo com relação ao comércio e serviços, para atender às necessidades de consumo produtivo do agronegócio. Realizamos entrevistas semiestruturadas (MATOS; PESSÔA, 2009) em quase 40 empresas, no total das seis cidades analisadas, que ofertam serviços e produtos inseparáveis ao campo moderno. Os dados primários obtidos em campo resultaram na elaboração de um quadro e mapa presentes na penúltima parte do trabalho – difusão do consumo produtivo agrícola nas cidades do agronegócio.

BRASIL AGRÍCOLA COM ÁREAS URBANAS E CIDADES DO AGRONEGÓCIO

A partir de 1970 observamos a constituição de um novo tempo nos cerrados brasileiros (FREDERICO, 2010) devido a incorporação de forma mais intensiva de um novo conjunto de valores, práticas e técnicas advindas da expansão do capital estabelecida pela expansão da fronteira agrícola. Tal processo foi nutrido pelo aprofundamento da modernização técnica da agricultura, através de uso de pesticidas, herbicidas, inseticidas, fungicidas, adubos e corretivos para o solo e a utilização de máquinas agrícolas (colheitadeiras, plantadeiras, etc.), bem como pelo processamento de produtos provindos do campo, conformando em uma verdadeira industrialização do campo (SILVA, 1994).

Dessa forma houve a complexização das relações produtivas no campo dada pela integração entre a agricultura e indústria, bem como pela crescente inserção do capital financeiro no setor – sobretudo a partir do financiamento via crédito rural, ofertado pelo Estado (DELGADO, 2012). Essas características são fundamentais para a constituição dos complexos agroindustriais (MULLER, 1989) nos cerrados, atingindo outras porções do país, especialmente nos ramos de grãos como a soja, milho, sucroenergético, laranja, entre outros. Esse processo foi viabilizado pelos esforços do Estado e do setor privado que articularam ações para a modernização do campo nos cerrados. Ressaltando que a modernização do campo, do ponto de vista técnico-científico, deu-se de forma seletiva quanto aos produtos (sobretudo *commodities* agrícolas mais lucrativas), aos agentes (grandes produtores agrícolas e corporações) e restringindo-se a determinadas porções do Brasil.

Também é a partir da década de 1970 que observamos outro importante fenômeno no país que é a acentuação da urbanização do território. De acordo com Santos (2009), esse processo é fruto de vários eventos entre os quais destacam-se a ampliação e aprofundamento do consumo pelo país, intensificação do êxodo rural, crescente industrialização do país, aumentando o adensamento dos sistemas de engenharia que viabilizou maior interação entre os lugares. A somatória desses eventos promoveu o aumento da divisão social e territorial do trabalho e a expansão das atividades econômicas nas áreas de *belts* modernos, bem como nas áreas de *fronts*.

Entendemos os *belts* como “[...] heranças e cristalizações de *fronts* próprios de uma divisão territorial do trabalho anterior; áreas que, ocupadas em outros momentos, que

hoje se densificam e se tecnicizam” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p.110). Ao passo que o *front* corresponde à difusão de novos elementos técnicos e políticos proporcionando um novo uso do território, “[...] que se traduz em um novo tempo, tornando-se a organização dos novos *fronts* um dos pilares da organização do território e do planejamento” (BERNARDES, 2009, p. 15), fundamentalmente em áreas do Brasil com baixa densidade técnica e normativa, como o Centro Oeste, a Amazônia, e também porções dos Cerrados do Nordeste e do Norte (como é exatamente o caso do MATOPIBA.)

Devido às transformações decorrentes da urbanização e a expansão do capitalismo no campo, Santos (2009) reconhece a necessidade de superar o antigo entendimento sobre os estudos do campo e cidade. Para o autor, devemos ultrapassar a dicotomia entre campo e cidade em nossas análises, pois no período vigente os processos entre agronegócio e urbanização são cada vez mais interdependentes. Na atualidade não compreendemos os processos e as práticas agrícolas modernas, bem como o fenômeno da urbanização, se não levarmos em consideração os intercâmbios, as trocas, os fluxos, ou seja, suas complementariedades. Nesse sentido, o autor estabelece duas grandes compartimentações no território brasileiro: o Brasil agrícola com áreas urbanas e o Brasil urbano com áreas agrícolas. Na primeira situação as regiões do agronegócio contêm cidades funcionais às suas necessidades, enquanto na segunda situação são as demandas urbanas que se adaptam às áreas rurais. Em síntese,

A região urbana tem sua unidade devida sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias, encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferentemente se relaciona. *A região agrícola* tem sua unidade devida à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representando este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. (SANTOS, 2009, p. 76).

Avaliamos que essas regiões agrícolas com áreas urbanas podem ser expressas pela constituição de Regiões Produtivas do Agronegócio – RPAs (ELIAS, 2011, 2013). Para a referida autora as este conceito condiz com as porções do território cujas atividades agropecuárias modernas são hegemônicas sobre qualquer outro tipo de atividade econômica (o que não implica no desaparecimento de outras formas sociais de produção agrícola ou não agrícola), sendo articuladas pelas redes agroindustriais relativas à atuação das grandes corporações. As tramas agroindustriais induzem a reestruturação das condições produtivas (técnica e política) no campo, assim como nos espaços urbanos próximos às

áreas agrícolas integradas ao agronegócio, o que implica na especialização territorial produtiva e na conformação de novas regiões.

Com o advento do agronegócio globalizado no MATOPIBA, observamos a reconfiguração das práticas agrícolas e por isso constatamos também um processo de reestruturação de algumas cidades próximas ou inseridas nas regiões onde a atividade agrícola integra-se à racionalidade do atual período. As composições técnica e política são progressivamente adequadas às demandas da agricultura científica globalizada (SANTOS, 2001), assim, essas cidades constituem-se como verdadeiras condições de produção (LENCIONI, 1985) à realização da agricultura moderna na região.

Segundo Lencioni (1985, p. 43), as cidades são lugares indispensáveis para a reprodução do capital do campo, essa forma geográfica é considerada como “[...] materialização das condições gerais de produção e consumo historicamente determinadas”. Em outro texto Lencioni (2007) considera que as condições gerais para a produção se estabelecem a partir da conexão entre o consumo produtivo, a produção e a circulação, e são nas cidades que observamos a articulação desse processo porque é nessa forma-conteúdo que há a concentração de uma gama diversificada de agentes e dinâmicas que oportunizam a materialização das condições gerais para a existência do processo produtivo. Nesse sentido as cidades são pontos que articulam e que permitem o nexo entre o consumo, a produção e a circulação de mercadorias e capitais, ofertando as condições necessárias para o agronegócio mais competitivo. Assim, Elias (2006, p. 57) compreende que

[...] é possível identificar no Brasil agrícola moderno vários municípios cuja urbanização se deve diretamente à consecução e expansão do agronegócio, e formam-se cidades cuja função principal claramente se associa às demandas produtivas dos setores relacionados à modernização da agricultura. Como observado, nestas cidades se realiza a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio.

As cidades que disponibilizam condições para a realização da atividade agrícola foram denominadas por Santos (2009) como cidades do campo, mas nos últimos anos Elias (2006, 2011, 2013) está debatendo e atualizando esse conceito, o qual vem compreendendo como cidades do agronegócio. A autora define essas cidades como aquelas cujas funções são voltadas para atender as demandas do agricultura moderna, e essa funcionalização do meio urbano é predominante sobre qualquer outra atividade econômica.

Além do mais, estas cidades estão passando por um processo de urbanização devido à expansão do agronegócio que vem implicando em dois tipos de migração – a ascendente (migração campo-cidade) e descendente (migração cidade-cidade). Tal fenômeno atinge porções do território brasileiro que estão acolhendo as lógicas de racionalização do campo às lógicas de competitividade, como o caso do MATOPIBA.

O crescente uso de objetos carregados de conteúdo técnico, científico e informação no campo implica na adaptação de algumas cidades próximas às áreas de produção agrícola moderna. Essas cidades estão passando por uma reestruturação em sua forma e função para atender as demandas de consumo do campo moderno, vinculadas a um conjunto de serviços e comércio fundamentais para a realização da atividade produtiva. Dentre esse conjunto de serviços podemos destacar: presença de agências bancárias para a oferta de crédito agropecuário, laboratórios de biotecnologia, *tradings* agrícolas (responsáveis pela compra e revenda de grãos, entre outros serviços), assistência veterinária e agrônômica, consultoria ambiental, revendedora de máquinas e equipamentos agrícolas, lojas de comercialização de pesticidas (herbicidas, fungicidas e inseticidas) e outros agrotóxicos, estabelecimento de venda de sistema de irrigação, etc. Dessa forma constatamos a centralidade que as cidades vêm desempenhando para atender a demanda técnica da atividade agrícola moderna.

O consumo produtivo relaciona-se de modo direto com a produção, uma vez que é o consumo necessário para produzir novas mercadorias ou serviços necessários à realização do trabalho na produção propriamente dita, bem como em outras etapas do processo produtivo – circulação e distribuição (MARX, 2011). Conforme Marx (2011), esse tipo de consumo se realiza subjetivamente e objetivamente e coincide com a produção. No primeiro caso a própria realização do trabalho configura-se como consumo produtivo, o sujeito ao desprender força produtiva a partir do trabalho gasta força vital, sendo uma forma de consumo para a realização da produção. Enquanto o consumo objetivo corresponde ao uso de matérias primas elementares para produzir mercadorias, equivalendo ao trabalho morto. Nas palavras do autor:

A produção é também imediatamente consumo. Duplo consumo, subjetivo e objetivo: o indivíduo que desenvolve suas capacidades ao produzir também as despande, consome-as no ato da produção, exatamente como a procriação natural é um consumo de forças vitais. Em segundo lugar: consumo dos meios de produção que são usados e desgastados e, em parte (como, por exemplo, na combustão), transformados novamente nos elementos gerais. (MARX, 2011, p. 63)

Assim o consumo produtivo é aquele que não se esgota em si mesmo, é base para efetivar o processo produtivo como um todo (ELIAS, 2003). No vigente período esse tipo de consumo (em especial para aqueles setores mais integrados com o capital financeiro) é realizado pelo acréscimo de conhecimento técnico-científico e de informação, configurando-se como uma das variáveis chave para compreendermos as dinâmicas e as conexões entre agronegócio e urbanização.

Aqui cabe comentar a opção em trabalharmos com a ideia de relação entre agronegócio e urbanização ao invés da relação campo-cidade. Para Lencioni (1985, p. 43) a cidade é uma “[...] forma do urbano e o campo como a paisagem da agricultura. Como estamos voltados para a análise de processo e de relações, preferimos nos referir à relação entre agricultura e urbanização”. A partir dessa concepção o campo e cidade são formas geográficas materializadas no território, resultantes do processo de urbanização e da agricultura (ou agronegócio). Essa opção dá-se pelo fato que as formas não se relacionam entre si, são derivações de processos sociais. Nesse sentido, preferimos denominar a relação entre urbanização e agronegócio por se tratar de atributos relacionais decorrentes da interação de tais processos que atualmente são estabelecidos no MATOPIBA.

O estreitamento da relação entre agronegócio e urbanização vem possibilitando o surgimento de cidades especializadas em atender as demandas imediatas da produção agrícola com alto grau de capitalização e tecnificação, uma vez que

[...] cada renovação das forças produtivas agrícolas e agroindustriais, a cada renovação dos sistemas técnicos agrícolas e dos sistemas de ação que lhes dão suporte, as cidades das áreas adjacentes aos espaços agrícolas de produção intensiva tornam-se responsáveis pelas demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços, das sementes transgênicas à mão-de-obra especializada. Isto faz crescer a urbanização, o tamanho e o número das cidades do agronegócio. (ELIAS, 2006, p. 58-59).

Essa situação acaba agenciando uma nova vida de relações entre os lugares no MATOPIBA, reforçando o intercâmbio das atividades entre agronegócio e urbanização, acarretando em formas de solidariedade baseada na complementariedade entre os lugares. É estabelecido um novo acontecer complementar (SANTOS, 2005, p. 257), compreendido como relação “[...] entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo”. Essa nova trama de relações decorre do aprofundamento da modernização das

práticas agrícolas nessa porção do território, afirmada pelo consumo imediato da parcela técnica da produção agrícola. Dessa maneira, o consumo torna-se elemento fundamental para compreendermos as novas formas de solidariedade nas regiões recém incorporadas pelas lógicas globais de produção e acumulação como é o caso do MATOPIBA.

NEXOS COMPLEMENTARES ENTRE O AGRONEGÓCIO E URBANIZAÇÃO: CONSUMO PRODUTIVO DA AGRICULTURA MODERNA

O papel das tradings agrícolas na comercialização de grãos

A partir da década de 1990 as grandes corporações, fundamentalmente aquelas compreendidas como “gigantes do grão” – Bunge, Cargill, ADM e Louis Dreyfus *Company* (LDC) –, começam a adquirir unidades processadoras de grãos de grupos nacionais, tanto na região dos *belts* quanto nos *fronts* em expansão, culminando na acentuação do controle dessas empresas nesse setor da atividade do agronegócio (FREDERICO, 2010). A Cargill foi a primeira corporação internacional a se instalar no MATOPIBA quando comprou a processadora de grãos Indústria Coelho e arrendou a Olvebasa – Óleos Vegetais da Bahia em Barreiras, na década de 1990 (SANTOS, 2016). A Bunge estende seus nexos produtivos no Oeste baiano na década de 1990 através da aquisição da agroindústria de soja da Ceval no então Mimoso do Oeste, atual município de Luís Eduardo Magalhães (MENEZES, 2014).

Nos anos 2000 outras duas processadoras de grãos começaram a atividade agroindustrial no MATOPIBA, Granol em Porto Nacional e Algar Agro em Porto Franco (MA). Logo, conforme dados da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE (2016) nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia a capacidade de industrialização de soja (processamento, refino e envase) foi de 17 mil toneladas (t.)/dia no ano de 2015. Parte considerável da capacidade de processamento de soja desses estados está diretamente relacionada com o desempenho das agroindústrias supracitadas, já que são as maiores empresas de industrialização de grãos nos quatros estados que compõem o MATOPIBA. Sem dúvida essas corporações estão entre as principais responsáveis por comprar volumes significativos da produção agrícola da região.

A partir dos anos 2000 outras corporações (*tradings* agrícolas) começaram a atuar em diferentes pontos da região, escolhendo estrategicamente as cidades inseridas em

importantes áreas agrícolas com as melhores condições de infraestruturas (comunicação, transporte, mão de obra, serviços, etc), dentre as quais: Glencore, Agrex do Brasil, CGG, CHS, Multigrain, SLC, *Louis Dreyfus Company* e a Amaggi (*joint venture*) são alguns exemplos de corporações que criam escritórios para a comercialização de grãos produzidos na região, visando a exportação de soja, configurando como importantes agentes que “prestam” o serviço de comercialização (compra e venda) de grãos do campo.

Muitas negociações são estabelecidas nos escritórios de exportação, por isso são pontos de conexão entre as cidades do agronegócio com o mundo, uma vez que os escritórios se conectam com diferentes partes do planeta através da comercialização de *commodities* ou mesmo pelas ações providas das matrizes que estão distribuídas por diversos lugares da Terra. Assim as cidades são pontos de interseção entre verticalidades e horizontalidades (SANTOS; SILVEIRA, 2011), e quanto maior for a capacidade de circulação de mercadorias mais expressiva é a centralidade da cidade dentro da divisão territorial do trabalho.

Percebe-se grande quantidade de *tradings* voltadas para exportar soja nas cidades em análise. Segundo dados Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços (MDIC), em 2015 as *tradings* que mais se destacaram na exportação de soja foram: Cargill, Bunge, CHS, Glencore, ADM, Naturalle, Nidera e Amaggi & LDC. Cada uma movimentou um volume de dinheiro que variou entre US\$ 50 milhões e US\$ 100 milhões, fundamentalmente nas cidades de Balsas, Luís Eduardo Magalhães e Pedro Afonso (Quadro 1). Luís Eduardo Magalhães merece destaque novamente, pois foi a única que teve empresas (Bunge, ADM e Multigrain) que conseguiram exportar mais de US\$ 100 milhões em soja no ano de 2015 (Quadro 1).

Quadro 1: Principais *tradings* agrícolas de soja (2015) – por faixa de exportação (US\$ milhões)

Municípios	Entre 1 e 5	Entre 5 e 10	Entre 10 e 50	Entre 50 e 100	Acima de 100
Pedro Afonso (TO)	-	-	Bunge	Cargill	-
Porto Nacional (TO)	-	-	Granol, CGG e Bunge	-	-

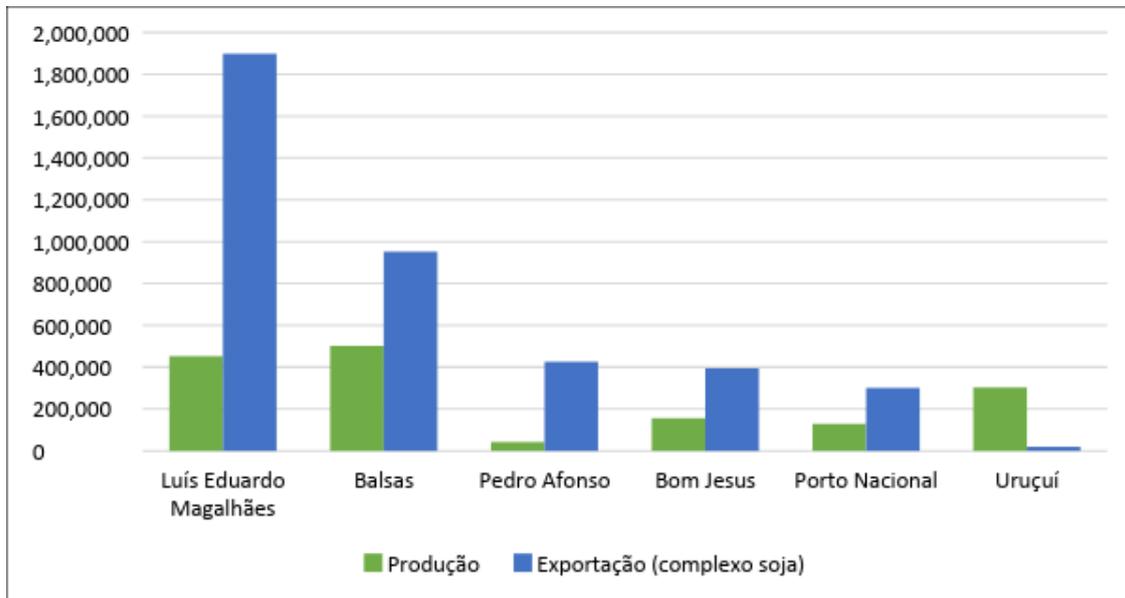
Balsas (MA)	Algar Agro, Agrex do Brasil, Bunge e Risa	Agrex do Brasil, ADM e Agrinvest Brasil	Agrex do Brasil, Amaggi &LDC*, SLC, Algar Agro e Multigrain	Glencore, Cargill, Bunge e CHS	-
Bom Jesus (PI)	-	-	Cargill, Amaggi & LDC, CHS, Multigrain, CGG, Glencore e Agrex do Brasil	-	-
Uruçuí	Bunge e Risa	-	-	-	-
Luís Eduardo Magalhães (BA)	Multigrain, CGG e Bunge	-	Cargill, ADM, Noble e Glencore	Naturalle, Nidera e Amaggi & LDC	Bunge, ADM e Multigrain

Fonte: MDIC. Org. Autor. *Empresa resultante de uma *joint venture* entre Amaggi e LDC.

Devido à quantidade de *tradings* agrícolas nas seis cidades em investigação, foi constatado que aproximadamente 50% de toda a exportação do complexo da soja (grãos, farelo e óleo) do MATOPIBA, em 2015, foi realizada nessas cidades (MDIC, 2016). Esse dado aponta a importância desses núcleos urbanos na rede agroindustrial regional. As grandes corporações presentes nas cidades em avaliação animam os fluxos dos grãos produzidos nos municípios vizinhos, visto que o volume exportado do complexo da soja é superior à própria produção agrícola municipal, com exceção de Uruçuí (Gráfico 1).

Em 2015, Luís Eduardo Magalhães e Balsas, os dois maiores exportadores de soja do MATOPIBA, foram responsáveis por comercializar quase 3 milhões de toneladas (t.) de soja e derivados (cerca de 36% da soja exportada da região) – quase 2 milhões e cerca de 1 milhão de t. respectivamente (MDIC, 2016). No referido ano a exportação de soja em Luís Eduardo Magalhães foi 4,5 vezes maior do que a produção municipal desse grão, enquanto em Balsas a exportação de soja foi o dobro em relação ao produzido no município. Tais dados sinalizam a importância e centralidade dessas cidades na gestão econômica e técnica da produção agrícola de soja da região.

**Gráfico 1: Relação entre produção e exportação de soja e derivados – toneladas
(2015)**



Fonte: PAM/IBGE; ALICEWEB/MDIC. Org. Autor

Em Pedro Afonso o volume exportado foi dez vezes maior do que a produção municipal de soja em 2015 (Gráfico 1). Um dos motivos para essa situação é o círculo de cooperação (SANTOS; SILVEIRA, 2011) estabelecido entre as duas *tradings* que atuam nessa cidade com a COAPA – Cooperativa Agroindustrial do Tocantins, já que aproximadamente 50% a 60% dos grãos produzidos pelos cooperados são comercializados com a Cargill e a Bunge (informações obtidas em trabalho de campo, em 2016, através de entrevistas junto a funcionários da COAPA e Cargill). Em 2016, a COAPA contava com 80 cooperados considerados grandes produtores (propriedades com área superior a 500 hectares) de *commodities* – cana-de-açúcar e soja. Estes cooperados estavam distribuídos por dez municípios do Tocantins que, conjuntamente, produziram pouco mais de 260 mil t. de soja em 2014 (PAM/IBGE, 2016). Pedro Afonso configura-se como cidade que canaliza a produção de soja dos municípios próximos sob influência da COAPA. Essa cidade é importante para a circulação da produção local/regional, da porção centro-norte do Tocantins, devido à articulação entre diversos agentes do agronegócio – COAPA e as *tradings*.

Devemos salientar a onipresença da maior metrópole do Brasil – São Paulo, que influencia na dinâmica econômica de regiões distantes (direta ou indiretamente) em quase todo o país. Como debatido por Frederico (2015), boa parte das maiores corporações do agricultura presentes no Brasil possuem suas matrizes em São Paulo, nesse sentido essa cidade possui o poder o gerir o agronegócio nacional devido à sua capacidade de direcionar fluxos comerciais, de informação, de ordens e de capital. O autor sustenta que São Paulo possui uma capacidade de comando da atividade agrícola nas áreas de *fronts*, como o MATOPIBA, exemplificando os processos de dispersão e concentração providas pelo jogo de forças da atividade agrícola que cada vez mais está integrada pela lógica global financeira. Há uma crescente centralização do poder de tomadas de decisões na metrópole (força centrípeta) em relação ao processo de expansão horizontal das áreas produtivas nos cerrados (força centrífuga). Assim, apreende-se que:

[...] são as cidades locais que exercem esse comando técnico, ligado ao que, na divisão territorial do trabalho, deve-se à produção propriamente dita. Cidades distantes, colocadas em posições superiores no sistema urbano (sobretudo as cidades globais), têm o comando político, mediante ordens, disposição da mais-valia, controle do movimento, tudo isso que guia a circulação, a distribuição e a regulação. (SANTOS, 2002, p. 272).

Destarte, há uma fuga do controle das relações políticas que dinamizam as práticas sociais e produtivas nos lugares, cabendo à essas cidades do agronegócio apenas o controle imediato da parcela técnica da produção. Nesse sentido, essas cidades em questão são verdadeiros pontos de difusão do consumo produtivo imediato para o agricultura tecnificada e informatizada em nível local/regional.

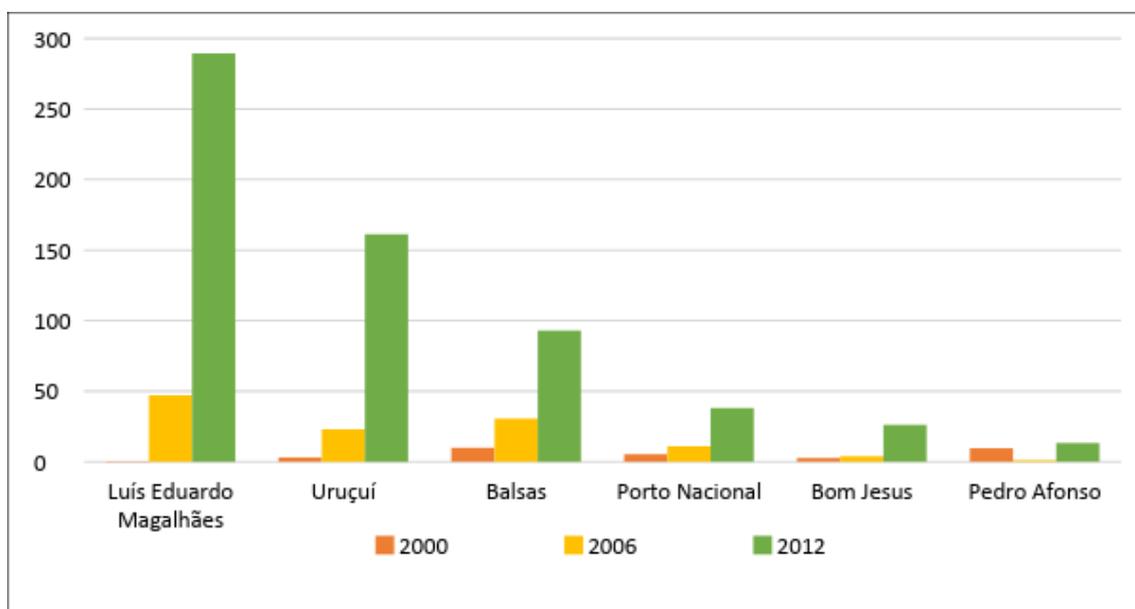
Consumo produtivo de primeira instância: o dinheiro em forma de crédito

Na atualidade as finanças configuram-se como dado indispensável para a vida social e no comando das atividades econômicas em várias etapas do processo produtivo. Os nexos financeiros no território brasileiro vêm se aprofundando e propiciando a hipercapilaridade do crédito no território (CONTEL, 2009). O acesso ao financiamento rural configura-se como consumo indispensável para o desenvolvimento e execução da atividade produtiva no campo moderno. O dinheiro antecipado em forma de crédito é o consumo produtivo de primeira instância para a atividade agrícola, uma condição essencial para os produtores de grãos, pois possibilita a aquisição de serviços e mercadorias

imprescindíveis à prática do agronegócio. A “creditização” do campo é o resultado do grau de dependência da atividade com o uso de objetos técnico-científicos, o que exige alta capitalização para sua realização.

Nas cidades avaliadas funcionavam 30 agências bancárias em 2015, entre bancos públicos e privados (BACEN, 2016). Essa quantidade representa o crescimento de quase 100% dessa forma-conteúdo (agências bancárias) indispensável para a circulação do dinheiro como informação (SANTOS, 2001), visto que no ano de 2000 haviam apenas 16 agências nas seis cidades em questão. O Banco do Brasil é a única instituição presente em todas as cidades, sendo que em Balsas e Luís Eduardo Magalhães havia duas agências. Quanto ao total de agências, nessas duas últimas cidades encontravam-se oito, representando a maior concentração de bancos em relação às outras cidades – Porto Nacional, Uruçuí e Bom Jesus possuem quatro, por fim, em Pedro Afonso havia apenas duas agências. A presença dessas instituições bancárias expressa o nível de especialização das cidades, bem como o maior entrelaçamento entre os nexos do circuito superior da economia urbana com o agronegócio (ELIAS, 2003).

Gráfico 2: Evolução do crédito agropecuário nas cidades do agronegócio – MATOPIBA



Fonte: Anuário estatístico do crédito rural (BACEN); Org. Autor

A partir do gráfico 2, constatamos que houve aumento da tomada de crédito rural (agrícola e pecuário), pelo Sistema Nacional de Crédito Rural,³ na ordem de 20 vezes entre 2000 e 2012, passando de quase R\$ 31 milhões para um pouco mais de R\$ 621 milhões (BACEN, 2000, 2012). Merecem destaque Luís Eduardo Magalhães e Uruçuí, pois, obtiveram o maior crescimento de empréstimos entre as cidades em questão (Gráfico 2).

O aumento do consumo agrícola tornou-se mais acelerado sobretudo a partir dos anos 2000, e é precisamente nesse período que o acesso ao crédito rural cresce, demonstrando a importância do dinheiro adiantado para o consumo. O crédito influencia na “[...] reorganização do espaço e da produção, possibilitando a multiplicação de fixos e fluxos” (ELIAS, 2003, p. 224), viabilizando os intercâmbios materiais e imateriais entre o urbano e agrícola em nível regional.

Difusão do consumo produtivo agrícola nas cidades do agronegócio

Para além do consumo de crédito e da atuação das grandes corporações, nas cidades do agronegócio o consumo produtivo pode ser reconhecido pela oferta de serviços especializados, tais como consultoria agrônômica e ambiental, escritórios de assessoria jurídica e contábil, laboratórios de biotecnologia, certificadores de qualidade de produção, assistência veterinária, logística – transporte de cargas, montagem e manutenção de armazéns, pulverização aérea de veneno; além da comercialização de grãos, insumos, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas – tratores, arados, colheitadeiras, sistema de irrigação, etc.

O setor terciário passa a ser animado pelos capitais agora presentes no lugar, dinamizando tanto o consumo consumptivo quanto o consumo produtivo (sobre o qual nos debruçamos nesse trabalho). Em termos gerais o terciário (comércio e serviços) corresponde a boa parte da quantidade de empresas presentes nas seis cidades em avaliação (Tabela 1).

³“O crédito rural financia o custeio de despesas normais dos ciclos produtivos, investimento em bens ou serviços, comercialização e industrialização. Todos os anos, os bancos têm que destinar 30% dos depósitos à vista, 60% dos depósitos em poupança rural e 35% das captações com LCA para aplicar em operações de crédito rural. O Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelece subdirecionamentos para cada segmento rural de acordo com o perfil do produtor.” (BACEN, 2019).

Tabela 1: Número de estabelecimentos e trabalhadores por Grande Setor IBGE

Município	Setor	2004				2010				2016			
		Estab.		Trab.		Estab.		Trab.		Estab.		Trab.	
		Abs.*	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Pedro Afonso (TO)	Total	149	100	1115	100	206	100	2295	100	270	100	2358	100
	Indústria	5	3,4	121	10,9	10	4,9	959	41,8	12	4,4	1003	42,5
	Construção Civil	1	0,7	6	0,5	2	1,0	53	2,3	4	1,5	18	0,8
	Comércio	49	32,9	197	17,7	100	48,5	392	17,1	116	43,0	458	19,4
	Serviços	26	17,4	449	40,3	50	24,3	677	29,5	77	28,5	723	30,7
	Agropecuária	68	45,6	342	30,7	44	21,4	214	9,3	61	22,6	156	6,6
Porto Nacional (TO)	Total	673	100	3529	100	902	100	6516	100	1264	100	7581	100
	Indústria	60	8,9	414	11,7	70	7,8	671	10,3	100	7,9	825	10,9
	Construção Civil	43	6,4	240	6,8	43	4,8	1546	23,7	75	5,9	351	4,6
	Comércio	257	38,2	911	25,8	349	38,7	1418	21,8	463	36,6	2101	27,7
	Serviços	135	20,1	1573	44,6	199	22,1	2424	37,2	348	27,5	3450	45,5
	Agropecuária	178	26,4	391	11,1	241	26,7	457	7,0	278	22,0	854	11,3
Balsas (MA)	Total	734	100	7295	100	1278	100	12870	100	1870	100	17074	100
	Indústria	50	6,8	537	7,4	73	5,7	637	4,9	120	6,4	871	5,1
	Construção Civil	28	3,8	130	1,8	44	3,4	420	3,3	76	4,1	544	3,2
	Comércio	347	47,3	3255	44,6	606	47,4	5137	39,9	829	44,3	5950	34,8
	Serviços	153	20,8	2364	32,4	306	23,9	5009	38,9	553	29,6	7644	44,8
	Agropecuária	156	21,3	1009	13,8	249	19,5	1667	13,0	292	15,6	2065	12,1

Bom Jesus (PI)	Total	118	100	723	100	265	100	1670	100	517	100	3354	100
	Indústria	8	6,8	18	2,5	20	7,5	86	5,1	37	7,2	141	4,2
	Construção Civil	2	1,7	1	0,1	3	1,1	28	1,7	24	4,6	323	9,6
	Comércio	68	57,6	320	44,3	154	58,1	663	39,7	277	53,6	1111	33,1
	Serviços	25	21,2	325	45,0	54	20,4	766	45,9	110	21,3	1384	41,3
	Agropecuária	15	12,7	59	8,2	34	12,8	127	7,6	69	13,3	395	11,8
Uruçuí (PI)	Total	166	100	1380	100	298	100	2209	100	430	100	3186	100
	Indústria	9	5,4	28	2,0	14	4,7	153	6,9	21	4,9	234	7,3
	Construção Civil	3	1,8	0	0,0	9	3,0	141	6,4	18	4,2	82	2,6
	Comércio	70	42,2	364	26,4	139	46,6	535	24,2	195	45,3	653	20,5
	Serviços	34	20,5	585	42,4	59	19,8	860	38,9	103	24,0	1383	43,4
	Agropecuária	50	30,1	403	29,2	77	25,8	520	23,5	93	21,6	834	26,2
Luís Eduardo Magalhães (BA)	Total	680	100	5123	100	1728	100	13236	100	2823	100	19454	100
	Indústria	35	5,1	501	9,8	113	6,5	1831	13,8	261	9,2	2858	14,7
	Construção Civil	37	5,4	119	2,3	136	7,9	610	4,6	155	5,5	1300	6,7
	Comércio	354	52,1	1706	33,3	761	44,0	4576	34,6	1124	39,8	5829	30,0
	Serviços	144	21,2	1389	27,1	458	26,5	3777	28,5	929	32,9	6726	34,6
	Agropecuária	110	16,2	1408	27,5	260	15,0	2442	18,4	354	12,5	2741	14,1

Fonte: MTE – RAIS (2018). Org. Autor. *Absoluto

As cidades onde houve mais aumento da quantidade de empresas de serviços e comércio foram Luís Eduardo Magalhães e Balsas. Entre 2004 e 2016 a quantidade de estabelecimentos do terciário nessas duas cidades passaram, respectivamente, de 498 e 500 para 2.053 e 1.382 (RAIS, 2018), além disso essas cidades concentram a maior quantidade

de firmas do terciário dentre as cidades avaliadas. Essa concentração de empresas é um dos indicativos da centralidade de Balsas e Luís Eduardo Magalhães para a oferta de serviços e comércio voltados para o agronegócio em nível local e regional.

Além de representar o setor com maior quantidade de estabelecimentos, o terciário é responsável por empregar um número expressivo de trabalhadores nessas cidades. Ao avaliar a dinâmica do trabalho nesses municípios, sobretudo em suas sedes, se mostra com bastante clareza a situação de dependência e, por isso, vulnerabilidade forjada pela profunda especialização regional produtiva imposta pelo agronegócio. De modo geral, é possível perceber que em 2016 ao menos 50% dos trabalhadores de cada cidade em análise estavam empregados em comércio e na prestação serviços (Tabela 1). No conjunto dessas cidades merecem destaque Balsas, Uruçuí e Porto Nacional, já que em 2016 significativo contingente dos trabalhadores formais estavam concentrados no terciário (comércio e serviços), em termos relativos 79,6%, 74,4% e 73,2% (RAIS, 2018), respectivamente, dos trabalhadores dessas cidades estavam empregados no setor terciário.

A agropecuária ficou logo atrás do setor terciário tanto em relação a quantidade de estabelecimentos, quanto ao número de trabalhadores empregados. Uruçuí é a cidade que mais se destaca, pois cerca de 26% (834) dos empregados da cidade estavam trabalhando na agropecuária, revelando que essa atividade é importante para o município. Mesmo a agropecuária sendo, em geral, o terceiro setor que mais emprega pessoas nas cidades em questão, a quantidade de trabalhadores nessa atividade, em termos relativos, vem se mantendo a mesma em algumas cidades e diminuindo em outras (mesmo com o crescimento absoluto). A partir da tabela 1, percebemos que em 2004 a agropecuária representava cerca de 27,5% dos empregados em Luís Eduardo Magalhães, tal situação se reduz quase pela metade em 2016 quando o setor representou 14,1% dos empregos do município. Outro exemplo de redução de trabalho na agropecuária é em Pedro Afonso – em 2004 o setor correspondia a 30,7% dos empregos formais do município, já em 2016 essa quantidade passa para 6,6% (RAIS, 2018).

Tais dados apontam que o emprego formal no campo vem reduzindo, sobretudo em Pedro Afonso – pois em termos absolutos a quantidade de trabalhadores vem reduzindo (Tabela 1) –, e um dos fatores dessa situação é o aumento da mecanização da atividade a partir do uso mais intensivo de um conjunto de objetos técnicos (máquinas e implementos agrícolas), substituindo os trabalhadores por máquinas. Além disso, o

crescimento de empresas no setor terciário é mais expressivo, o que vem abrindo mais vagas de empregos nas cidades.

Somando aos dados estatísticos supracitados, trazemos alguns apontamentos e constatações iniciais realizadas em trabalho de campo. Tivemos oportunidade de realizar entrevistas em 40 empresas (no total das cidades em análise) voltadas às necessidades do consumo produtivo do agronegócio (Quadro 2). Salientando que tais levantamentos são preliminares e configuram-se como uma pesquisa exploratória, que teve “[...] objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. [...] constitui-se como a primeira etapa de uma investigação mais ampla” (GIL, 1999, p. 27).

Essas informações indicam, ainda que preliminarmente, a especialização e o alcance de atuação territorial que os agentes do setor terciário dessas cidades atendem. Muitas vezes estes prestam serviços ou comercializam produtos para os produtores dos municípios vizinhos onde suas empresas estão localizadas. Portanto, as análises a seguir sinalizam a oferta especializada de serviços nas cidades avaliadas e suas expressões de alcance no MATOPIBA.

Quadro 2: Conjunto de serviços e comércio para o agronegócio

Cidades	Empresa	Ano de Criação	Serviços
Bom Jesus	Ar Consultoria	2014	Venda de fertilizantes e sementes; consultoria agrícola
	Gurgueia Máquinas Agrícolas	2013	Venda de fertilizantes, calcário e sementes (arroz e soja)
	Multigrão		Venda de sistema de irrigação por pivô central (Valley), fertilizantes, adubos e sementes.
	Mira Geo Consultoria	2012	Projeto ambientais, georreferenciamento e topografia
	Visão Agrícola	2011	Comercialização de máquinas e implementos agrícolas, e sementes - soja, milho sorgo e milheto
	Solutta	2008	Venda de defensivos, fertilizantes e sementes
	Agriforte	2005	Venda de peças agrícolas
	Agrocer	2004	Venda de peças agrícolas e compra e venda de grãos

Uruçuí	Maranata	2015	Consultoria agrônômica/elaboração de projetos agrícolas
	Porto Consultoria		Consultoria agrônômica/elaboração de projetos agrícolas
	Agrichem	2012	Comercialização de fertilizantes líquidos e sementes de soja e milho
	Artemã Grãos		Compra e venda de grãos (com ênfase no milho)
	Laborvet	2007	Consultoria agrônômica e ambiental/elaboração de projetos agrícolas
	New agro	2003	Comercialização de defensivos, adubos e fertilizantes
	Serença consultoria	1992	Consultoria ambiental
Balsas	Agrotopo	2011	Consultoria ambiental e topografia
	Globo aviação agrícola		Aplicação de defensivos agrícolas por avião
	Futura corretora		Compra, venda e transporte de milho
	Agrícola Balsas	2002	Venda de implementos e peças agrícolas, e assistência técnica
	Risa fertilizantes	2000	Comercialização de fertilizantes e defensivos agrícolas
	LC Regional	1991	Venda, montagem e assistência técnica para armazéns
	Lavronorte	1977	Venda de máquinas, implementos, peças agrícolas e assistência técnicas
Pedro Afonso	Terra Forte	2008	Consultoria ambiental - topografia, outorga, licença de desmate, entre outros
	Topografia Rio Sul	2005	Consultoria ambiental - topografia, georreferenciamento, licença de desmate
	Topografia Total	2004	Consultoria ambiental - agrimensura, topografia, licenciamento para desmate
	Suporte consultoria e projeto	2004	Consultoria agrônômica - elaboração de projetos e simulação de limites de crédito
	Negócio Imobiliários	2001	Compra e venda de propriedades rurais
	COAPA	1998	Assistência técnica, recepção e beneficiamento de grãos (soja, milho, sorgo) e comercialização de insumos agrícolas
	MC Topografia	1993	Consultoria ambiental - medições e regularização fundiária, averbação de reservas
LEM*	Agrodím	2011	Compra, venda e beneficiamento de grãos
	Natureza	2010	Vendas de defensivos agrícolas, sementes (milho e soja)

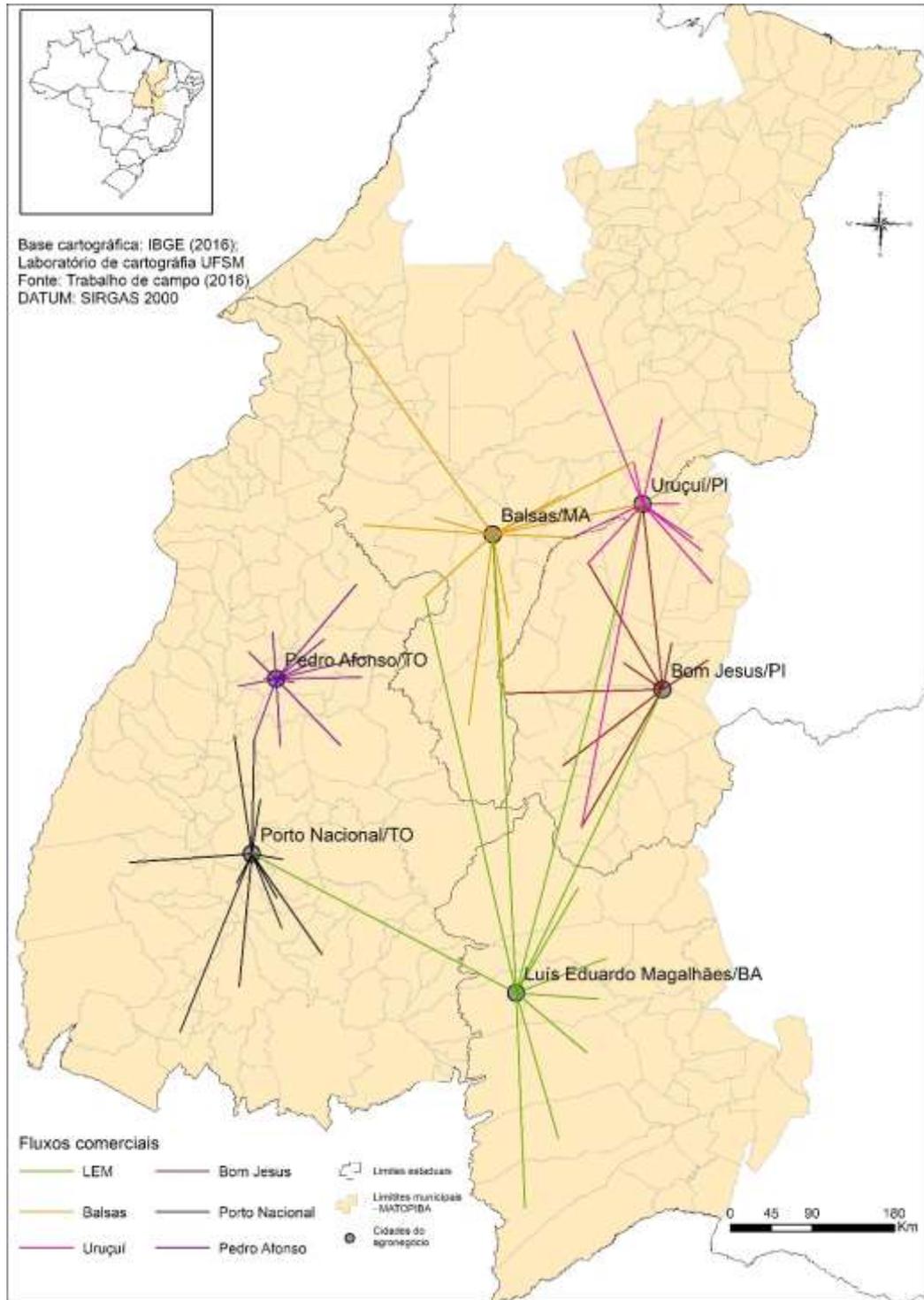
	agronegócio		
	Sanderson	2003	Consultoria ambiental e agrônômica - projetos de irrigação e regularização ambiental
	Mundo Verde	1999	Corretora e transporte de grãos
Porto Nacional	Rural contábil	2016	Contabilidade rural
	Fortaleza agrícola		Venda de insumos agrícolas
	Comagril	2015	Venda de máquinas/peças agrícolas e assistência técnica
	Delta Soluções	2013	Manutenção de peças de máquinas agrícolas e gps
	Agrifertil	2009	Folhagem de semente e comercialização de sementes
	Arplam	1991	Consultoria agrônômica – avaliação de imóveis rurais, limite de crédito rural, elaboração de investimentos agropecuário

Fonte: Trabalho de campo (maio, 2016); Org. Autor. *LEM – Luís Eduardo Magalhães

A dinâmica territorial de especialização do terciário para a produção do campo moderno na região em questão, sobretudo em Porto Nacional e Uruçuí, é bastante recente. Das empresas que visitamos em Porto Nacional (Quadro 2) a grande maioria não possui mais que dez anos de instalação na cidade. Em Uruçuí encontramos uma situação que se aproxima do caso de Porto Nacional, quatro das sete empresas por nós visitadas foram criadas após 2010, e dentre essas, três são de 2015 (Quadro 2).

A análise do mapa 2, resultado da sistematização de informações levantadas em campo, nos permite constatar que cada agente envolvido no setor terciário das cidades em questão possui um alcance territorial diferenciado. De forma geral, percebemos que as atividades terciárias das cidades de Porto Nacional, Pedro Afonso, Bom Jesus e Uruçuí para o atendimento às necessidades imediatas do agronegócio, em especial da parcela técnica para produção, possuem atuação em escala local, assim esses centros urbanos são importantes pontos em nível local para o consumo produtivo do campo.

Mapa 2: Fluxos comerciais e de serviços especializados ofertados pelas cidades do agronegócio (empresas entrevistadas no trabalho de campo)



Fonte: Trabalho de campo (maio, 2016). Org. Autor

A área de atuação das empresas que pudemos visitar, voltadas para a oferta de serviços e comércio ao campo moderno nas cidades supracitadas, concentra-se principalmente nos municípios mais próximos em um raio de aproximadamente 200 km (Mapa 2). Contudo, há empresas que prestam serviços em municípios mais distantes, e em alguns casos, como Uruçuí, Balsas e Luís Eduardo Magalhães, os nexos comerciais estendem-se à municípios de estados vizinhos, demonstrando que as relações comerciais não se limitam as divisões político-administrativas (entre estados), bem como a importância dessas cidades no contexto regional.

O caso de Luís Eduardo Magalhães é mais emblemático, pois suas ações estendem-se inclusive a outros importantes centros do MATOPIBA. Essa cidade configura-se como ponto estratégico, um nó indispensável para o estabelecimento das verticalidades, devido à grande concentração de *tradings* que representam interesses de lugares distantes (mercado internacional), pela concentração e diversificação de serviços e comércios para a agricultura moderna, bem como pela possibilidade de atender as necessidades de consumo produtivo de municípios distantes e em vários estados que compõem o MATOPIBA (Mapa 1).

Santos e Silveira (2011) apresentam uma proposta teórica de compreender os espaço luminosos, ou seja, onde o meio técnico-científico-informacional se manifesta no território, como áreas racionalizadas às demandas dos agentes hegemônicos do capitalismo globalizado. Assim, nessas partes do país vai se constituindo uma solidariedade organizacional que

[...] supõe uma interdependência até certo ponto mecânica, produto de normas presididas por interesses de modo geral mercantis, mutáveis em fatores do mercado. Nesse último caso, os ‘organizadores’ prosperam à custa da solidariedade interna e, frequentemente, também à custada solidariedade no sentido ético. Em ambos os casos a solidariedade organizacional é paralela à produção de uma racionalidade que não interessa à maior parte das empresas nem da população (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 276)

Esta racionalização do espaço diz respeito às regiões do Brasil mais estruturadas politicamente e tecnicamente, base para maior lucratividade das corporações como o caso de algumas áreas do MATOPIBA. As cidades do agronegócio, sobretudo Luís Eduardo Magalhães e Balsas, são pontos fundamentais para aglutinar essas forças de cooperação para a atividade agrícola tecnificada nessa região brasileira.

Balsas estabelece nexos em municípios do Piauí e do Tocantins, atuando como importante ponto para a solidariedade organizacional da agricultura moderna no sul do Maranhão e Sudoeste do Piauí. Outro fato que indica o poder presente em Balsas de direcionar fluxos produtivos regionais é perceptível pela atuação das *tradings*, que operam suas atividades em vários municípios vizinhos e mesmo em outros estados. Em visita ao escritório de exportação da ADM, em Balsas, foi relatado que houve a movimentação de cerca de 180 mil t. de soja por ano, entre os anos de 2013 e 2016, sendo que aproximadamente 12% da soja adquirida por essa empresa foi oriunda de produtores do Sudoeste do Piauí. Outro exemplo é a Glencore (cuja matriz está em Balsas), que possui representante comercial que atua especificamente no Piauí, comprando grãos dos municípios de Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro, um dos maiores produtores de soja do Piauí.

O grupo Risa é outro caso evidente do estreitamento das relações entre a sede municipal de Balsas com porções agrícolas do Piauí. A empresa, cujo escritório central está localizado em Balsas, possui duas fazendas no Piauí – em Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro –, que juntas chegam a quase 45 mil hectares, voltadas para a produção de soja e milho (RISA, 2016). Segundo informações da Risa (2016), na fazenda localizada em Baixa Grande do Ribeiro há uma estrutura de armazenamento com capacidade de 56 mil t., e na fazenda de Uruçuí (área arrendada) a capacidade de armazenamento dos silos chega a quase 20 mil t. Em Uruçuí o grupo possui uma unidade de produção de fertilizantes, com capacidade de processar 35 t/h de fertilizantes (RISA, 2016). Além do Piauí, a empresa possui outras fazendas no Maranhão, em Loreto, Sambaíba e São Raimundo das Mangabeiras. Percebe-se o aprofundamento dos nexos da empresa em áreas do Maranhão, bem como no Piauí, afirmando a centralidade de Balsas como uma cidade que organiza a produção do agronegócio em diferentes porções do MATOPIBA.

Avaliando o atendimento de algumas empresas sediadas em Luís Eduardo Magalhães, verificamos que suas atividades são mais intensas com os demais municípios do Oeste baiano, mas suas atividades atingem outras porções do MATOPIBA. Determinadas empresas prestam serviços em diferentes municípios da região, sobretudo em certos municípios do Tocantins e do Piauí. Foram encontradas empresas nas outras cidades pesquisadas, em especial, Uruçuí e Bom Jesus, filiais de empresas cuja matriz se localiza em Luís Eduardo Magalhães, tais como Agrosul, presente em Bom Jesus, Agrichem – tendo

filiais em Uruçuí e Bom Jesus. Em outros municípios como Campos Lindos (TO), Porto Nacional e Balsas também havia firmas cuja a sede está localizada em Luís Eduardo Magalhães, por exemplo a Delta Soluções Agro.

Assim “[...] o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas” (SANTOS, 2009, p. 54), corroborando com a intensificação dos fluxos de trocas de mercadoria entre as sub-regiões que compõem o MATOPIBA. Destarte, o consumo produtivo anima parte importante das redes agroindustriais, com especial destaque ao complexo da soja, o principal ramo produtivo dessa região, que afirma-se como um dos elementos importantes na conformação de solidariedade entre os lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A especialização na produção de *commodities* no MATOPIBA implicou em mudanças no campo, mas, também, observamos o surgimento de um conjunto de cidades em diferentes pontos da região para atender as necessidades de consumo produtivo da agricultura modernizada. As cidades do agronegócio são pontos indispensáveis para amarrar as complexas tramas das redes agroindustriais que perpassam essa região produtiva. Constatamos, assim, a especialização de alguns centros urbanos para a oferta imediata do consumo produtivo para o campo modernizado, demonstrando a capacidade que o agronegócio possui em transformar os espaços não agrícolas. Tal verificação foi perceptível pelo crescimento de empresas de serviços e comércios de forma geral nas seis cidades avaliadas, havendo também o crescimento de estabelecimentos que ofertam diretamente serviços para atender as demandas da atividade agrícola nas áreas mais racionalizadas à produção global.

Verificamos que a cidade de Balsas possui relações de complementariedade muito estreitas com outros grandes municípios produtores de grãos do Maranhão, bem como outras porções do MATOPIBA, especialmente o Sudoeste do Piauí e alguns municípios do Tocantins. Balsas configura-se como uma das principais cidades do agronegócio da região pela sua capacidade de exportar significativo volume de soja produzida em diversos municípios da região, bem como por possuir um terciário especializado para atender as demandas de consumo para a produção do campo moderno.

Decerto, Luís Eduardo Magalhães é, entre as cidades analisadas, o centro urbano com maior influência na oferta de serviços e comércio, devido à diversidade e quantidade de empresas especializadas para atender as demandas da agricultura tecnificada, cientificizada e informacional. Os agentes presentes em Luís Eduardo Magalhães que prestam serviços para esta atividade econômica, estendem suas atividades para outros municípios distribuídos em diferentes estados que compõem o MATOPIBA, tais como Balsas, Uruçuí, Bom Jesus e Porto Nacional, que são importantes centros urbanos para o agronegócio na região. Indubitavelmente, essas duas cidades, Balsas e especialmente Luís Eduardo Magalhães, foram as que rapidamente responderam as demandas do campo moderno, afirmando-se como as principais cidades do agronegócio em nível regional nessa porção do território brasileiro. As cidades de Porto Nacional, Pedro Afonso, Uruçuí e Bom Jesus possuem relevância em âmbito local.

REFERÊNCIAS

- ABIOVE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS. **Estatísticas**. (2016). Disponível em: < <http://www.abiove.org.br>>. Acesso: 23 nov. 2016.
- BANCO CENTRAL – BACEN. **Anuário estatístico do crédito rural**. (2000, 2012). Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso: 10 out. 2016.
- _____. **Estatística bancária por município –Estban**. 2016. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao>>. Acesso em: 21 out. 2016.
- _____. **Crédito rural**. 2019. Disponível em:<www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>. Acesso: 14 set. 2019.
- BERNARDES, Júlia Adão. Fronteiras da agricultura moderna no Cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências”. In: BERNARDES, Júlia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (Org.). **Geografias da soja II: a territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes/CNPq, 2009. p. 13-40.
- BERNARDES, Júlia Adão; MALDONADO, Gabriela. Estratégias do capital e agronegócio: o papel das metrópoles nacionais e a constituição das cidades do agronegócio. In: BERNARDES, Júlia Adão et al. **Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas Argentinas no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017. p.57-80.

- CONTEL, Fabio Betioli. Espaço geográfico, sistema bancário e hipercapitalidade do crédito no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v.22, n.55, p.119-134, jan/abr. 2009.
- DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP**. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006. p. 25-83.
- _____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, [s/i], v.13, n.2, p. 153-170, 2011.
- _____. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: Julia Adão Bernardes; Cátia Antonia da Silva; Roberta Carvalho Arruzzo. (Org.). **Espaço e energia: mudanças no setor sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, p. 201-220.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Proposta de delimitação territorial do MATOPIBA**. Campinas: Embrapa, 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite>>. Acesso: em 19 out. 2015.
- FORNARO, Alexandre Caselli. **Logística e agronegócio globalizado no estado do Tocantins: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas modernas no território brasileiro**. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do Cerrado: expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. São Paulo: Edusp, 2010.
- _____. Economia política do território e as forças de dispersão e concentração no agronegócio brasileiro. **Geographia**, Rio de Janeiro, v.17, n.35, p.68-94, 2015.
- GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- LENCIONI, Sandra. Agricultura e urbanização, a intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbano no estado de São Paulo. **Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo**, [s.i.], p. 41-51, 1985.

_____. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades do desenvolvimento regional. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 11, p. 1-15, 2007.

Marx, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo. 2011.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Júlio César; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 279-291.

MENEZES, Willian Guedes Martins. **Globalização e fragmentação**: a agricultura científica em Formosa do Rio Preto – Bahia. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade da Bahia, Salvador, 2014.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇO – MDIC. Estatística comércio exterior. (2016). Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Presentificação, impulsos globais e espaço urbano: o novo economiscismo. In: POGGIESE, Hector; EGLER, Tamara Tania Cohen (Org.). **Otro desarrollo urbano**: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p. 25-34.

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste baiano**. 2016. 450 f. Tese (Doutorado) – Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. O retorno do território. **OSAL**: Observatório Social de América Latina. Buenos Aires, n. 16, p. 250-261, 2005.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura Silveira. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SILVA, José Graziano. **Questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de Souza. **A elaboração da viabilidade territorial para o agronegócio na região do MATOPIBA.** 2017. 193f. Dissertação (Mestrado). Curso de Geografia – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

Submetido em: Agosto de 2019

Aceito em: Setembro de 2019